

Baker diz que perdão não resolveria crise da dívida

Roberto Garcia

Correspondente

New York — Ao abrir a conferência de cúpula sobre dívida e comércio, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker, afirmou ontem que a dívida dos países latino-americanos só pode ser resolvida num clima saudável de crescimento da economia mundial. Tanto Baker quanto os senadores americanos que patrocinam a conferência reconheceram que a crise da dívida é complexa e levará ainda muitos anos para ser resolvida, devendo requerer muita cooperação internacional.

O secretário do Tesouro rejeitou o perdão da dívida como solução para a crise, alegando que isso causaria tantos prejuízos para os bancos privados que, por muitos anos, deixariam de emprestar para os países em desenvolvimento. Baker argumentou ainda que, se a dívida dos países latino-americanos fosse perdoada, mesmo parcialmente, todos os incentivos para que os respectivos governos promovam reformas sérias e necessárias em suas economias seriam abandonados.

Baker disse que outra alternativa proposta frequentemente para resolver a crise — um Plano Marshall para a América Latina — seria igualmente improdutivo visto que a situação dos países dessa região é substancialmente diferente dos países europeus beneficiários desse Plano depois da II Guerra. Ele argumentou que, apesar da destruição que sofreu na guerra, esses países conservaram sua infra-estrutura econômica e podiam voltar a produzir com rapidez e eficiência, se contassem com capitais externos. Quando o Plano Marshall forneceu o impulso inicial para aquelas economias, os capitais privados começaram a fluir, estimulados pela perspectiva de bons lucros.

O secretário do Tesouro afirmou que essa perspectiva de lucros compensadores não existirá nos países latino-americanos com dívidas substanciais, a menos que eles adotem reformas profundas em suas economias a fim de estimular mais poupança e investimento, aumentar a eficiência de suas indústrias e da agricultura, trazer de volta capitais foragidos e privatizar empresas estatais.

Baker insistiu que tanto o FMI quanto o Banco Mundial devem ajudar na promoção de programas de ajustamento estrutural das economias latino-americanas e lembrou que, de todos os grandes devedores, apenas o Brasil e o Peru se recusaram a recorrer ao FMI, até agora.

Tanto Baker quanto outros oradores da conferência afirmaram que uma das formas mais inovadoras para reduzir a dívida latino-americana tem sido a compra de ações de empresas por parte dos credores. Nos últimos anos, entre 2,5 e 3 bilhões de dólares da dívida foram convertidos em ações, lembrou ele.

O senador democrata William Bradley, um dos patrocinadores da conferência, afirmou que, se tanto os governos credores quanto devedores e os bancos privados não fizerem avanços substanciais para resolver a crise da dívida, Fidel Castro terá um papel crescente na discussão do tema. Bradley lembrou que os novos governos democráticos da América Latina e das Filipinas precisam demonstrar para suas populações que podem resolver a crise e, ao mesmo tempo, gerar empregos e reduzir a pobreza. O senador democrata argumentou que a solução não é emprestar mais dinheiro para os países pagarem os juros da dívida. Os bancos devem oferecer perdão parcial da dívida para os países que quiserem reformar suas economias. Bradley afirmou que reformas econômicas sem redução da dívida por parte dos credores não resolvem e lembrou que, apesar de terem adotado reformas, segundo os modelos propostos por Baker, países como o Equador têm hoje uma dívida maior mas não têm recursos para pagá-las.

Félix Rohatyn, que administrou o programa de recuperação financeira de New York, disse que, numa democracia, as medidas de austeridade só funcionam por um período curto. Se não produzir uma nova fase de crescimento, a austeridade será inviável, afirmou ele.

O professor de economia do Instituto de Tecnologia de Massachussets afirmou que, se quiserem evitar uma crise ainda maior, os bancos que emprestaram imprudentemente mais de 51 bilhões de dólares em 1981 para países latino-americanos devem assumir parte da responsabilidade parcial pela solução do problema que causaram, reduzindo juros e o principal da dívida daqueles países.

Para financiar uma nova fase de crescimento latino-americano, o economista Pedro Pablo Kuczynski sugeriu que países com consideráveis superávits financeiros, como o Japão e a Alemanha façam novas contribuições para o Banco Mundial a fim de que essa instituição possa dar mais empréstimos a juros subsidiados.



Volcker soube que as reservas despencaram